

centro 12

Centro de Gestão Agrícola de Barcelos

LICENCIAMENTO DE VACARIAS

No âmbito do processo de legalização das vacarias, que decorre até finais de 2008, o Centro de Gestão dispõe de uma engenheira civil para preparar o dossiê de licenciamento das explorações agrícolas. Para mais informações contacte o Centro de Gestão.

ACESSO GRATUITO À INTERNET

O Centro de Gestão tem à disposição dos associados e seus familiares um terminal de computador com acesso gratuito à internet. Os interessados podem usar este novo serviço durante o horário de expediente.

CENTRO NA FEIRA DAS ASSOCIAÇÕES

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro de Gestão vai participar na Feira das Associações que vai ter lugar nos próximos dias 10, 11 e 12 de Agosto no Parque da cidade. Visite o nosso stand.

CONDICIONALIDADE OBRIGA A CUMPRIR REGRAS

A reforma da Política Agrícola Comum de 2003 introduziu o Princípio da Condicionalidade e estabeleceu uma relação entre o cumprimento de determinados requisitos em certos domínios e o pagamento integral das ajudas directas. Todos os agricultores que apresentem pedidos de ajudas directas (RPU), pedidos de indemnizações compensatórias ou assumam novos compromissos relativamente a ajudas Agro-Ambientais, ficarão obrigados a cumprir as Boas Condições Agrícolas e Ambientais e a respeitar regras nos domínios do Ambiente, Saúde Pública, Saúde Animal e Fitossanidade e Bem-Estar Animal. O INGA lembra que o não cumprimento das regras da condicionalidade pode levar à redução ou exclusão dos pagamentos. As penalizações dependem da gravidade, extensão e reiteração do incumprimento.

ENCERRAMENTO PARA FÉRIAS

O Centro de Gestão vai encerrar para férias entre os dias 20 e 24 de Agosto, reabrindo na segunda-feira, 27 de Agosto.

O mundo rural com as energias renováveis

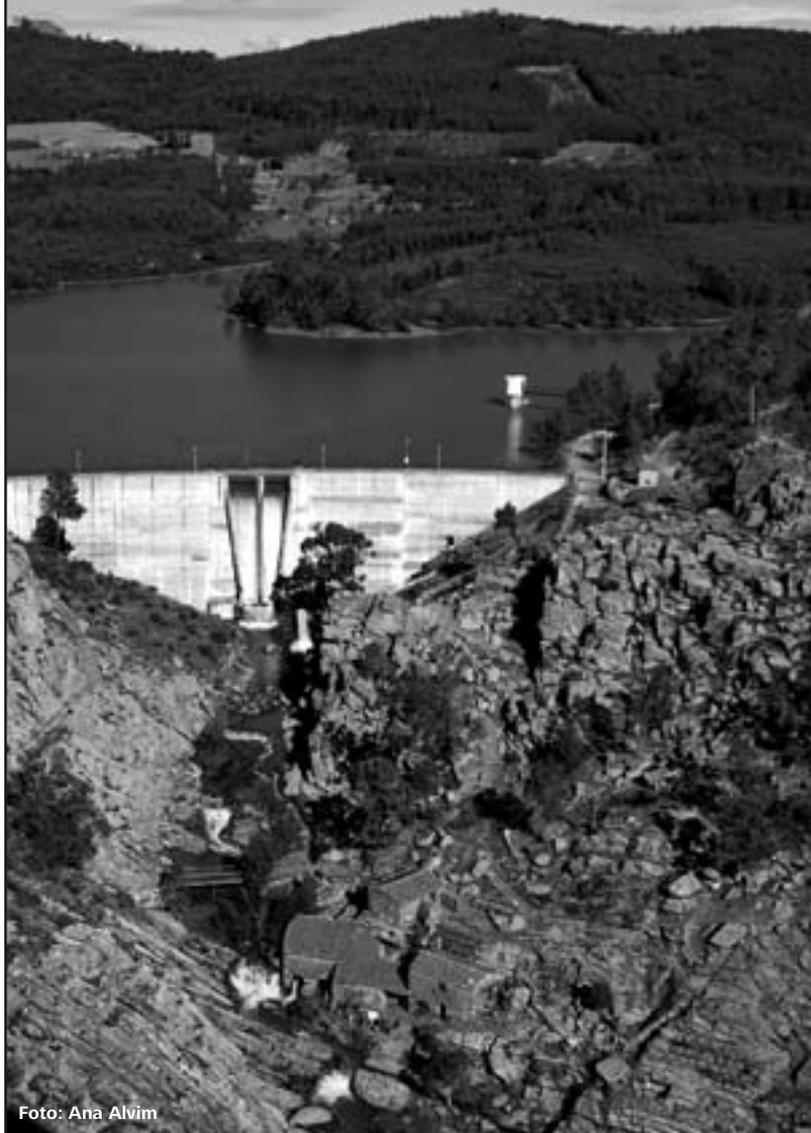


Foto: Ana Alvim



Mudanças climáticas e o uso da energia

de Carlos Pimenta

Futuro sustentável passa pelas energias renováveis

Em apenas 20 minutos, chega à terra tanta energia como a que toda a humanidade consome durante um ano. O sol fornece esta energia de forma natural, gratuita e sem prejudicar o ambiente. O aproveitamento da energia gerada pelo sol, inesgotável no tempo como fonte de calor, é sem dúvida uma das alternativas energéticas mais promissoras para enfrentar o desafio de um futuro sustentável em termos ambientais.

A energia solar pode ser utilizada para obter o calor necessário para aquecer água e dar apoio aos sistemas de aquecimento central, bem como para a produção de electricidade. **Os painéis solares poupam energia e, em simultâneo, protegem o meio ambiente.** No Verão, o aquecimento da água poderá ser totalmente garantido pela energia solar. A Central Fotovoltaica de Serpa, no distrito de Beja, que entrou em funcionamento este ano, vai produzir por anualmente electricidade suficiente para alimentar 8 mil habitações, evitando mais de 30 mil toneladas em emissões de gases de efeito de estufa. Em Portugal, trata-se da primeira grande instalação do género e a maior do mundo. A energia eléctrica produzida a partir do sol vai ser vendida à rede eléctrica nacional.

Disponíveis e limpas, as energias renováveis com origem no sol (solar térmica ou fotovoltaica), no vento (eólica), nos oceanos (hídrica) e na floresta (biomassa) são uma resposta alternativa à actual dependência das fontes de energia esgotáveis provenientes de combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão, e o gás natural. Durante os próximos 13 anos, Portugal tem como objectivo reduzir em 20% as emissões de Gases de Efeito de Estufa. Até 2020, 20% da energia consumida tem que ser produzida a partir de fontes renováveis.

O Governo fixou em 10%, em 2010, a incorporação nacional de biocombustíveis. Estes são combustíveis de origem biológica aditivados aos fósseis. São feitos a partir de sementes de girassol, milho, trigo, soja, cana-de-açúcar, entre outros, ou óleos usados. **O biocombustível adicionado ao gasóleo é o biodiesel; o que**

se incorpora na gasolina é o bioetanol que é visto como “uma oportunidade” para a produção de milho nacional.

Se esta indústria se vier a desenvolver, a produção de milho nacional pode duplicar, atingindo 1,2 milhões de toneladas. Em breve deverá ser publicada legislação que irá estabelecer quotas de isenção ou redução de Imposto sobre Produtos Petrolíferos para o biodiesel e o bioetanol e privilegiar os produtores que utilizem matérias-primas nacionais. Francisco Avillez, professor no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, considera que **“sem apoios públicos a produção de bioetanol não tem rentabilidade”.**

Deduções fiscais

É possível deduzir à colecta 30% das importâncias gastas na aquisição de equipamentos novos para a utilização de energias renováveis e de equipamento para a produção de energia eléctrica ou térmica (co-geração) por micro turbinas com potência até 100 kw, que consumam gás natural, incluindo os equipamentos, complementares para o seu funcionamento, com o limite de 745,00 euros.



“PORTUGAL SEM FOGOS DEPENDE DE TODOS”

Em caso de incêndio ligue 112 ou 117

Mudanças climáticas e o uso da energia

As alterações climáticas são presentemente consideradas uma das mais sérias ameaças ambientais a nível global, com fortes impactes nos ecossistemas, na saúde humana, nas actividades económicas e na qualidade da água. A abordagem desta problemática é enquadrada no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e, mais recentemente, no Protocolo de Quioto de 1997. O último relatório científico (IPCC 2007) confirma e reforça as conclusões dos estudos anteriores no que toca às responsabilidades das actividades humanas – nomeadamente as actividades relacionadas com a produção e o consumo de energia – no fenómeno do aquecimento global. As emissões de gases com efeito estufa, resultantes das actividades humanas, aumentam a capacidade da atmosfera para absorver radiação infravermelha, alterando a forma como o clima mantém o balanço entre a energia que chega e a que sai da Terra. Para além das causas naturais, como as emissões de origem vulcânica, a emissão de gases de efeito estufa resulta da queima de combustíveis fósseis. O padrão de consumo característico da sociedade industrializada moderna é claro: quanto mais rico é o país, maiores são suas emissões. Assim, os Estados Unidos estão à frente, com 24% do total das emissões totais, apesar de representarem apenas 3% da população mundial. A União Europeia é um pouco mais eficiente, mas as suas emissões por habitante não diminuem de forma a compensar o aumento fulgurante das emissões da China e da Índia, que apresentam taxas de crescimento assustadoras.

Posteriormente à Revolução Industrial e, em especial, após a Segunda Guerra Mundial, a actividade industrial libertou enormes quantidades de CO₂ na atmosfera, através da queima de combustíveis fósseis de depósitos subterrâneos, sendo os três principais o carvão, o petróleo e o gás. A maior parte das emissões de dióxido de carbono é devida ao uso de combustíveis fósseis para a geração de energia, a processos industriais e ao transporte, mas também a processos de desflorestação. A actividade agrícola e as mudanças no uso da terra resultam em emissão de metano e outros gases, ao passo que os processos industriais também emitem produtos químicos artificiais, chamados de halocarbonos.

Embora o clima da Terra seja instável, ou, melhor ainda, imprevisível – e muito sensível a factores internos ou externos a temperatura não mudou muito nos últimos 400 mil anos: as temperaturas da última época glacial foram apenas 5°C mais frias, em média, do que no presente.

No entanto, nos últimos 200 anos, tem-se vindo a registar um violento aumento da temperatura. Em média, a temperatura da superfície terrestre aumentou de 0,6 °C em relação à era pré-industrial, sendo que o maior incremento aconteceu nos últimos 40 anos. O aquecimento do planeta tornou-se evidente, tanto na superfície marítima quanto na terrestre, facto apoiado por indicadores indirectos, como a retracção dos glaciares.

Durante o século XX, o nível dos mares subiu em média entre 10 e 20cm, tendo-se registado alterações significativas nos regimes da pluviosidade, com secas e inundações atípicas, bem como o aumento da frequência e intensidade das tempestades e outros fenómenos meteorológicos súbitos.

Mais do que uma evolução linear, o percurso do clima apresenta-se como não-linear, com surpresas inesperadas e drásticas quando o nível da concentração de gases de efeito estufa chega a um ponto crítico, desencadeando outros processos até então desconhecidos como, por exemplo, a mudança das correntes marítimas. Desconhecemos quando este ponto será atingido. Apenas sabemos que a actual concentração de CO₂ na atmosfera é 50% mais elevada do que o máximo atingido no período mais quente dos últimos 400.000 anos (370 ppm em vez de 280).

Tudo leva a crer que as emissões de gases de efeito estufa resultantes da actividade humana podem provocar mudanças climáticas drásticas no século XXI e seguintes, com efeitos imprevisíveis e potencialmente catastróficos para o equilíbrio planetário que conhecemos. Portugal, dada a sua grande linha de costa e a sua localização na transição das zonas climáticas atlântica e mediterrânica, é particularmente vulnerável e pode vir a sofrer danos muito sérios.

Em Portugal, o défice registado tem vindo a aumentar de ano para ano. Em 2010, as previsões actualizadas apontam para um défice entre 12 Mt CO₂ e 18 Mt CO₂. Estamos, assim, perante um custo futuro e recorrente (que se poderia evitar) de centenas de Milhões de Euros anuais, para pagar o direito a poluir, ou seja, para queimar combustíveis, que importamos, pagamos e que, além disso, usamos muito mal.

Os países industrializados têm explorado e consumido mais combustíveis fósseis, florestas e outros recursos do planeta do que os países do Sul; é justo, pois, que recaia sobre eles a responsabilidade maior por evitar a crise social, ambiental e planetária.

A energia, o seu uso e a dependência de Portugal

Como se disse anteriormente, a maior parte das emissões de dióxido de carbono é devida ao uso de combustíveis fósseis para a geração de energia. A energia, bem essencial à vida, ao desenvolvimento, ao progresso e bem-estar dos povos, é também um recurso natural cuja utilização tem fortes reflexos ambientais.

Portugal tem uma dependência externa, em termos de energia primária, claramente superior àquilo que é a média da União Europeia e dos países comparáveis. O nosso país importa cerca de 90 por cento da energia que consome - 4.000 milhões de euros/ano de importações, e tem um dos piores níveis de eficiência dos 15 Estados-membros na utilização da energia, com evidentes reflexos negativos na competitividade da economia, por via da maior incorporação relativa dos custos energéticos por unidade de PIB. Importa, assim, tentar minimizar esta dependência, bem como garantir a segurança do abastecimento nacional, apostando também na diversificação de fontes. **Ao contrário do que é voz corrente, Portugal é um País rico em recursos energéticos.**

Temos sol, vento, água, biomassa e mesmo geotermia com “fatura”. É, pois, uma aberração que não apostemos decididamente nas energias renováveis e na conservação de energia.

É incompreensível que nos coloquemos em infracção face às Directivas Comunitárias relativas ao Protocolo de Quioto e ao uso de Energias Renováveis, e que importemos todos os anos o equivalente ao custo de “5 Pontes Vasco da Gama”, quando poderíamos aproveitar muito melhor os nossos recursos. Entre as prioridades imediatas destaco:

A energia eólica. É a fonte de energia renovável que apresenta actualmente maior potencial de crescimento, sendo fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas para Portugal. A capacidade instalada de energia eólica rondava, em Dezembro de 2006, os 1700 MW. O projecto industrial de produção de equipamentos e aerogeradores, actualmente em construção em Viana do Castelo, vai criar 1 800 novos postos de trabalho até 2009, e gerar mais de 200 mil €/ano de exportações; **A energia do sol,** seja para o simples aquecimento de águas sanitárias, seja para a produção descentralizada de electricidade, usando a tecnologia do fotovoltaico ou a da concentração de alta temperatura; **A Hídrica,** que pode ter um duplo papel de produção directa de electricidade e de regulador global do sistema eléctrico, em momentos em que a oferta exceda a procura (por exemplo, durante a noite), se se fizer o seu aproveitamento recorrendo ao armazenamento que as barragens permitem, através da instalação de bombagem e de grupos reversíveis, bem como no aumento da capacidade actualmente instalada; **A energia da biomassa,** do biogás dos aterros, das ondas, geotérmica para aquecimento descentralizado, são múltiplos exemplos de oportunidades de utilizar formas descentralizadas, evitar a queima de combustíveis fósseis e criar emprego de base tecnológica; **Há que incentivar a utilização de biocombustíveis** nos transportes, tendo, contudo, sempre presente que não se devem descurar os problemas inerentes ao seu ciclo integral; **Há que implementar o que a Lei já prevê relativamente à introdução obrigatória de boas práticas energéticas** na construção de edifícios e a revisão da política de transportes, com desenvolvimento dos modos “sobre carris” e a conclusão dos interfaces para passageiros e mercadorias há tanto planeados.

O desafio é urgente. É uma questão de sobrevivência ambiental e económica.

Carlos Pimenta,

ex-secretário de Estado do Ambiente e director do CEEETA – Centro de Estudos de Economia, Energia, Transportes e Ambiente.



Órgãos sociais tomaram posse

No passado dia 10 de Maio tomaram posse os novos órgãos sociais do CGAB para o triénio 2007/2010. A composição dos órgãos é a seguinte: Mesa da Assembleia – Joaquim Senra, Mário Silva e Manuel Costa. Direcção – Alberto Carvalho, Manuel Bogas, Albino Branco, José Granja e Manuel Barros. Conselho Fiscal – Martinho Oliveira, José Campos e Manuel Garcia.



**Centro de
Gestão Agrícola
de Barcelos**

boletim do centro de gestão agrícola de barcelos

jun. / jul. / ago. 2007

Direcção: Alberto Teixeira de Carvalho

Rua Dr. José António Peixoto Pereira Machado, 400 - Bloco A - Loja 1 - 4750-309 BARCELOS - Tel.: 253 824 543 - Fax: 253 823 699

Telem: 968 019 099 / 917 074 943 - 939 796 205 - E-Mail: geral@cgab.pt - www.cgab.pt

Produção Gráfica: Isto é, comunicação visual, Lda, Rua Santos Pousada, 157 - 3ª Sala 15 - 4000-485 Porto - Tel.: 22.589.82.80

Tiragem: 10.000 exemplares


SAPROGAL
Líderes por Natureza



*«As Melhores
Soluções para
Vacas Leiteiras»*



Formax

CUF
RAÇÕES